

EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA
DE NOVA IGUAÇU – RIO DE JANEIRO

Proc. nº 0042973-16.2021.8.19.0038

MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, representado pelo advogado **JULIO MATUCH DE CARVALHO**, Administrador Judicial da sociedade empresária **DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA.**, nos autos da presente **Recuperação Judicial**, vem a Vossa Excelência, em atenção aos graves fatos noticiados e as determinações contidas na respeitável decisão de fls. 8.591-8.592, requerer a **Convolução da Recuperação Judicial em Falência**, ex vi do que dispõem os artigos 66, caput, 73, VI e §3º e 94, III, 'a', 'b' e 'c', todos da Lei nº 11.101/05, e demais disposições aplicáveis à *quaestio*, na forma que segue.

I. Histórico do processamento da Recuperação Judicial

01. Cuida-se de recuperação judicial distribuída em 09 de dezembro de 2021 processada sob as alterações trazidas pela Lei 14.112/20, da rede Drogaria Galanti de Nova Iguaçu, que comprova explorar a atividade comercial varejista de produtos farmacêuticos.
02. A petição inicial encontra-se às fls. 03-16, e os documentos exigidos conforme as regras do art. 51, da Lei 11.101/05 estão comprovados às fls. 17-613.

03. Em 13 de dezembro de 2021 este r. Juízo deferiu o processamento da recuperação judicial, através da jurídica decisão de fls. 618-620, nos seguintes termos:

“Trata-se de pedido de Recuperação Judicial, formulado pela sociedade empresária DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA., com fundamento nos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101/2005, alegando que é uma reconhecida rede de drogarias situada no Estado do Rio de Janeiro, fundada em 1994, tendo conquistado uma clientela fiel com uma forma de atendimento diferenciado, o que lhe permitiu um crescimento sustentável ao longo dos anos, superando as dificuldades impostas pela economia nacional. Afirma que abriu sua primeira filial no ano de 2001 e, desde então, iniciou seu processo de expansão territorial, contando atualmente com sua sede neste município de Nova Iguaçu e o total de 29 unidades espalhadas por 10 municípios do Estado do Rio de Janeiro, além de mais de 1.000 colaboradores trabalhando em prol do desenvolvimento da empresa, dentre os quais cerca de 850 empregados diretos e aproximadamente 3.000 empregos indiretos. Aduz que foi eleita neste ano de 2021 pelo jornal "O Globo" a 4ª marca mais admirada pelos clientes na categoria das farmácias na pesquisa "Marcas Cariocas", informando que, além da venda de medicamentos, produtos de higiene pessoal e cosméticos, possui algumas unidades estratégicas que detém a capacidade de disponibilizar serviços clínicos, tais como testagens - incluindo para Covid-19 - ou a aplicação de vacinas, como a da gripe, estando cadastrada em todos os programas governamentais de benefícios de medicamentos, tendo, inclusive, desenvolvido um serviço de entregas sem taxas ao consumidor. Informa que faturava em torno de R\$300 milhões anuais, mas recentemente vem sofrendo com problemas de liquidez, decorrentes do cenário de instabilidade econômico-financeira do Brasil, que já se arrasta por alguns anos, cujos impactos são diretamente refletidos em seu fluxo de caixa e capacidade para pagamento da totalidade das dívidas, situação que se agravou com a pandemia da Covid-19, com o estabelecimento de medidas de distanciamento social e, conseqüentemente, com os consumidores deixando de saírem de seus respectivos lares, redundando em um desaquecimento das

atividades comerciais e, sobretudo, varejistas. Anota que viu suas vendas chegarem ao patamar mais baixo nos últimos meses, chegando a faturar nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020 entre R\$11 milhões e R\$12,3 milhões, tendo sido a queda no faturamento, quando comparada aos mesmos meses de 2019, de respectivamente 53,35%, 53,51% e 49,81%.

Finalmente, afirma a requerente que o cenário atual é passageiro, confiando que irá superar o momentâneo problema de faturamento e fluxo de caixa com o processamento de sua recuperação judicial, que se faz útil e necessário, sendo certo que resultará em uma importante equalização de seu passivo e manutenção de suas atividades e benefícios sociais daí advindos. Discorre acerca de sua viabilidade econômica e operacional, que será reforçada por meio da reestruturação do passivo no ambiente da recuperação judicial, com o aperfeiçoamento de medidas de gestão e controle de custos - algumas já em curso, contando com empresa de consultoria externa para tal. Complementa o pedido informando que já existe uma significativa melhora nas vendas, que indica um crescimento em até 80% (oitenta por cento) em uma de suas unidades, sendo certo que, embora possua um grau considerável de endividamento, todas as suas dívidas são gerenciáveis, e não existem medidas executivas em curso contra si. Frente a esta situação pontual, busca uma alternativa jurídico-econômica para manter perene sua estrutura, bem como para garantir os empregos de seus colaboradores diretos e indiretos. Requer, de início, o deferimento de sua recuperação judicial, nos termos do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005, com a nomeação de um administrador judicial e a suspensão de todas as ações ou execuções contra si, proibindo-se toda e qualquer forma de constrição judicial ou extrajudicial por débitos concursais e/ou indicados na lista de credores (artigo 6º, inciso III, da LRF), comprometendo-se a apresentar, mensalmente, enquanto perdurar a recuperação judicial, a documentação e os demonstrativos contábeis exigidos por Lei.. É a síntese do necessário. DECIDO. Como se observa da petição inicial, bem como dos documentos que a guarnecem, a requerente atendeu aos requisitos do artigo 48 da Lei nº 11.101/2005, ao comprovar que está em atividade há mais de 02 (dois) anos, o que se observa do comprovante de CNPJ e dos seus

atos constitutivos. O *petitório inicial* detalha as causas da crise econômico-financeira, e vem acompanhado dos documentos obrigatórios, na dicção do artigo 51, incisos I e II, da Lei nº 11.101/2005, tendo a requerente apresentado certidões negativas que demonstram a inexistência de procedimentos falimentares, pedido anterior de recuperação judicial ou procedimentos criminais em face de seus administradores. Desse modo, pela documentação acostada aos autos até o momento, nada está a indicar a inviabilidade da recuperação da sociedade requerente, uma vez que se apresenta em compasso com a finalidade recuperacional. Por todo o exposto, presentes os requisitos legais, DEFIRO o processamento da recuperação judicial da sociedade empresária DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA., nos termos do artigo 52 da Lei nº 11.101/2005, determinando: I - Que seja acrescentado após o nome empresarial da requerente a expressão "em recuperação judicial"; II - Que sejam suspensas todas as ações e execuções ajuizadas contra a requerente, na forma do artigo 6º da Lei nº 11.101/2005, e mais as exceções previstas no artigo 49, parágrafos 3º e 4º da mesma Lei, reconhecendo a impossibilidade de venda, bloqueio ou retirada de seu estabelecimento dos bens e ativos, inclusive financeiros, essenciais às suas atividades, por força de dívidas pretéritas submetidas ao presente concurso, ao menos até que se promova deliberação sobre os meios de recuperação em assembleia geral de credores; III - Que a requerente apresente mensalmente contas demonstrativas durante todo período de processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores; IV - A dispensa da apresentação de certidões negativas para que a requerente exerça suas atividades, exceto para contratar com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios; V - A suspensão do curso do prazo de prescrição das ações e execuções contra as empresas requerentes pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, consoante dispõe o artigo 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005; VI - Que a empresa requerente comunique a suspensão das ações e execuções, por petição, em cada processo em que figure como parte, com cópia desta decisão (artigo 52, § 3º); VII - A expedição e publicação do edital insculpido no artigo 52,

§1º, da Lei nº 11.101/2005; VIII - A intimação do Ministério Público e a comunicação às Fazendas Públicas Federal, Estadual e de Municípios em que a requerente tiver estabelecimentos; IX - Nomeio Administrador Judicial Matuch de Carvalho Advogados Associados, na pessoa do seu gestor Julio Matuch de Carvalho, com escritório na rua da Assembleia, 40, 5º andar, Rio de Janeiro, RJ, (tel.: 2544-0989), que desempenhará suas funções na forma do inciso III do caput do artigo 22 da Lei nº 11.101/2005, sem prejuízo do disposto no inciso I do caput do artigo 35 do mesmo diploma legal. Intime-se o Administrador para, aceitando o encargo, assinar o termo de compromisso em cartório e formular sua proposta de honorários. Publique-se. Intimem-se.”

04. Ato contínuo, esse Administrador Judicial firmou compromisso em 14 de dezembro de 2021, mediante termo carreado na fl. 672.

05. Nas fls. 692-696, a Recuperanda pugnou pela concessão de liminar para que a Light se abstinhasse de interromper o fornecimento de energia elétrica em razão dos serviços prestados antes do pedido de recuperação judicial, sob pena de aplicação de multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por dia de descumprimento.

06. Postulou ainda, pela devolução da quantia de R\$ 23.034,47 (vinte e três mil, trinta e quatro reais e quarenta e sete centavos) desembolsada para evitar o corte do fornecimento de energia da Recuperanda pela Light.

07. Na mesma linha, postulou às fls. 746-748 a extensão da concessão liminar pefalada para inclusão da operadora Vivo, o serviço de telefonia Embratel, além das concessionárias Águas do Rio, Águas do Imperador, Águas de Niterói, Serviço Autônomo de Águas e Esgoto.

08. Outrossim, requereu a decisão contenha a suspensão das garantias dos seguros prestado pelo Safra Vida e Previdência SA, pelo Safra Seguros Gerais SA, Prudential do Brasil Seguros de Vida SA, Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, e Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros.

09. Por fim, pugnou que seja determinado que a Vivo efetue, em 5 dias, a devolução à Recuperanda ou o depósito judicial do valor pago para evitar o corte do fornecimento, de R\$ 236,69 (duzentos e trinta e seis reais e sessenta e nove centavos).

10. Complementando os requerimentos de fls. 941-942 a Recuperanda solicitou que a liminar pleiteada determine à concessionária Águas do Rio efetue a devolução da quantia de R\$ 1.049,09 (mil, quarenta e nove reais e nove centavos) desembolsado para evitar o corte do fornecimento do serviço, essencial à manutenção das atividades.

11. Em seguida, informou às fls. 946-948 restrição de compra de mercadorias pela fornecedora Abbott Laboratórios do Brasil Ltda., condicionando o fornecimento dos produtos ao pagamento da dívida de R\$ 889.777,41 (oitocentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e sete reais e quarenta e um centavos), postulando que seja determinado que a Abbott se abstenha de restringir o direito de compra dos medicamentos por parte da Recuperanda em razão da existência de créditos sujeitos ao procedimento recuperacional, sob pena de descumprimento de ordem judicial e aplicação de multa no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia de descumprimento.

12. A Recuperanda informou em fls. 956-970 a incidência de cobrança nas contas correntes pelos Bancos Bradesco e Santander, passando a adotar medidas arbitrárias e egoísticas a fim de quitar seu crédito.

13. Na ocasião, a Recuperanda consignou que

“Os descontos nas contas correntes da Galanti são extremamente prejudiciais e configuram prática indevida, uma vez que Santander e Bradesco estão retirando recursos das contas da Recuperanda para pagarem a si mesmos, em prejuízo dos demais credores concursais e em clara e manifesta violação ao princípio da paridade entre credores (par conditio creditorum). O prejuízo, nesse momento de crise econômico-financeira é latente, uma vez que a Galanti passou a lidar com um desfalque no valor total de R\$ 245.496,46 (duzentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos) em seu fluxo de caixa, conforme demonstram os extratos bancários anexos (doc. 01).”

14. Diante dos argumentos, a Recuperanda requereu que fosse determinado que o Santander e o Bradesco promovam a devolução do valor total de R\$ 245.496,46 (duzentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos), tendo em vista a verificação de que a retenção foi realizada como forma de pagamento de crédito sujeito à recuperação judicial.

15. Não obstante, postulou que seja determinado que as instituições financeiras: i) Banco ABC do Brasil; ii) Financeira Alfa; iii) Banco Daycoval; iv) Caixa Econômica Federal; v) Banco Guanabara; vi) Banco Industrial do Brasil; vii) Banco Pine; viii) Banco Sofisa; ix) Banco Safra S.A. e x) Banco do Brasil se abstenham de promover novas apropriações de recebíveis futuros, e que devolvam o valor total de 3.927.453,96 (três milhões, novecentos e vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e noventa e seis centavos) proporcionalmente retido pelos Bancos, ante a clara e manifesta verificação de que se tratam de valores essenciais para o incremento do fluxo de caixa da Galanti bem como ante a impossibilidade de cessão de bem futuro.

16. Nesse ínterim, foi apresentada petição conjunta da Recuperanda e o Fundo Sifra Performance às fls. 1.927-1.929 comunicando a celebração de contrato na modalidade de *dip financing*, requerendo autorização do respeitável Juízo para realização da operação, na forma disposta arts. 66 e 69-A da LRF, que contém a seguinte dicção.

“Art. 69-A. Durante a recuperação judicial, nos termos dos arts. 66 e 67 desta Lei, o juiz poderá, depois de ouvido o Comitê de Credores, autorizar a celebração de contratos de financiamento com o devedor, garantidos pela oneração ou pela alienação fiduciária de bens e direitos, seus ou de terceiros, pertencentes ao ativo não circulante, para financiar as suas atividades e as despesas de reestruturação ou de preservação do valor de ativos.”

17. Às fls. 1.909-1.925 este Administrador Judicial ratificou sua aceitação ao elevado múnus que lhe fora confiado, relatou as providências já tomadas desde a nomeação, bem como ofereceu manifestação aos pedidos de fls. 692-696, 746-748, 941-942, 946-948 e 956-970.

18. Na sobredita manifestação, o Administrador Judicial procedeu à análise pormenorizada dos contratos de cessão fiduciária de crédito realizados pela Recuperanda junto às Instituições Financeiras, bem como discorreu sobre o pleito de depósito dos valores retidos, para posterior levantamento, em razão da “trava bancária”.

19. Após se manifestar sobre todas as matérias necessárias, a Administração Judicial opinou favoravelmente aos pleitos aduzidos pela Recuperanda, com fundamento na essencialidade e preservação da empresa.

20. Plano de recuperação judicial apresentado tempestivamente através de fls. 2.097-2.120.

21. Em seguida, este respeitável Juízo proferiu decisão a fls. 2.627-2.635 concedendo liminar para liberação das travas bancárias sobre 70% (setenta por cento) dos ativos financeiros, e determinando outras providências, lavrada nos seguintes termos, *in litteris*:

“No que tange a medida liminar pleiteada, defiro a liberação das travas bancárias sobre 70% (setenta por cento) dos ativos financeiros da recuperanda e determino sejam oficiados os credores apontados na manifestação de fls.956-970, na forma ali requerida, para que devolvam todos os valores eventualmente descontados, de forma imediata, e para que não mais procedam a descontos nas contas-correntes da recuperanda, até que sobrevenha determinação ulterior. Indefiro o pedido de devolução de valores já pagos a este título pela recuperanda, diante da falta de amparo legal, a exceção de valores descontados fora do limite que se ora fixa (70%), desde a decisão de fls. 618/620, que deverão ser devolvidos imediatamente, a recuperanda. Intime-se as seguintes instituições financeiras: (i) Banco ABC do Brasil; (ii) Financeira Alfa; (iii) Banco Daycoval; (iv) Caixa Econômica Federal; (v) Banco Guanabara; (vi) Banco Industrial do Brasil; (vii) Banco Pine; (viii) Banco Sofisa; (ix) Banco Safra S.A. e (x) Banco do Brasil.”

22. Nas fls. 2.949-2954, a Recuperanda reporta o descumprimento da decisão liminar em desrespeito ao Poder Judiciário, mas também à imposição de ainda mais prejuízos à Recuperanda, lesada pela crise financeira e por desastres naturais havidos em Petrópolis no ano de 2022 que impactou no faturamento de 6 (seis) lojas da rede, destacando que a decisão liminar deve ser cumprida de forma imediata, não havendo fundamento para a recalcitrância dos Bancos.

23. Preconiza a postura contraditória do Banco Guanabara e Banco Industrial do Brasil em descumprirem à decisão concedida em sede liminar, em deturpação ao conteúdo da ordem.

24. Concluiu, na ocasião, formulando os seguintes pedidos:

- (i) *“Seja autorizado o levantamento pela Galanti dos valores depositados judicialmente pelo Banco Industrial do Brasil, conforme comprovante de fls. 2.941;*
- (ii) *Seja esclarecido que a decisão de fls. 2.627/2.635 se aplica ao Banco Guanabara, de modo que este devolva diretamente à Galanti o valor de R\$ 242.721,42, conforme doc. 03;*
- (iii) *Seja proferida nova decisão com caráter de ofício determinando às instituições financeiras (i) Banco ABC do Brasil; (ii) Financeira Alfa; (iii) Banco Daycoval; (iv) Caixa Econômica Federal; (v) Banco Guanabara; Banco do Brasil (vii) Banco Pine; (viii) Banco Sofisa; e (ix) Banco Safra S.A. que procedam com a devolução imediata dos valores retidos à Galanti em conta bancária que esta indicar, sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00;*
- (iv) *A imediata aplicação de multa de R\$ 500.000,00 a cada uma das instituições acima, tendo em vista os descumprimentos das decisões de fls. 618/620 e 2.627/2.635.”*

25. Descontes com a decisão liminar concedida através de fls. 2.627-2.635 os credores Bancos Sofisa, Banco Guanabara, Banco Safra, Financeira Alfa e Banco ABC agravaram da r. decisão.

26. Este Administrador Judicial apresentou em 05 de maio de 2022 a manifestação de fls. 3.436-3.439, opinando favoravelmente ao pedido da Recuperanda de fls. 2.949-2.954, em prestígio à respeitável decisão de fls. 2.627-2.635, item 5. Na ocasião, postulou pela intimação da Recuperanda para cumprimento da decisão de fls. 2.627-2.635 prestando os devidos esclarecimentos acerca do *Dip Financing* requerido.

27. Nessa linha, a Recuperanda apresentou em 19 de maio de 2022, a especificação do detalhamento da operação do Investidor *DIP* às fls. 3.655-3.656 esclarecendo a dinâmica de remuneração do investidor mediante desconto de 2,5% do montante disponibilizado, acrescido de 0,06% de taxas de abertura de crédito na replicação das parcelas e o contrato é garantido pela cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Recuperanda, como autoriza o art. 66-B, § 3º da Lei nº 10.931/04. No entanto, os esclarecimentos na prefalada manifestação da Recuperanda não continham comprovação documental.

28. Primeiro edital contendo a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial previsto no art. 52, § 1º da Lei 11.101/05, publicado em 05 de maio de 2022, devidamente certificado pelo zeloso cartório a fl. 4.150, inaugurando prazo para apresentação administrativa de verificação de créditos.

29. Através da objeção extemporânea de fls. 4.164-4.168 o Banco do Brasil manifestou oposição à forma de pagamento proposta, ao prazo de pagamento proposto, a correção monetária, novação da dívida, venda de UPIs, quitação e protesto de suspensão das ações, apresentadas no Plano de Recuperação Judicial.

30. Em seguida, o Banco Pine manifestou oposição ao plano de pagamento da Recuperanda, objetado extemporaneamente por meio de fls. 4.174-4.178.

31. Consecutivamente, a Recuperanda trouxe aos autos a informação do enfrentamento de problemas de caixa extremamente severos, com relevante desfalque proveniente de diversas retenções mantidas por instituições financeiras no seu caixa, e que, no momento, ultrapassavam a ordem dos R\$ 4 milhões.

32. Argumentou o desequilíbrio no fluxo de caixa gerando dificuldades na recomposição do estoque e, por conseguinte, na comercialização dos produtos ofertados, conforme juntado às fls. 3.441-3.443, ressaltando que, apenas no mês de março, a empresa teve de lidar com um prejuízo de mais de R\$ 3,3 milhões.

33. Concluiu requerendo ao d. Juízo a liberação do montante de R\$ 48.527,92 (quarenta e oito mil, quinhentos e vinte e sete reais e noventa e dois centavos), indevidamente retido por força de ordem de penhora exarada no âmbito da Execução Fiscal nº 0038179-29.2022.8.19.0001.

34. Por meio de manifestação de urgência, a Recuperanda pugnou às fls. 4.296-4.299 que fosse deferida a prorrogação do *stay period* por novos 180 dias, fundamentando na imprescindibilidade da prorrogação para garantia da Recuperanda e na proteção legal que faz jus. Manifestação da qual essa Administração Judicial exarou concordância às fls. 4.763-4.767.

35. Atendendo a determinação contida na respeitável decisão de fls. 2.627-2.635 esse Administrador Judicial, por meio de sua equipe multidisciplinar elaborou minucioso relatório exteriorizando a essencialidade dos valores referentes aos recebíveis futuros e do valor total das parcelas dos contratos garantidos por cessão fiduciária, haja vista a importância das elucidações nele contidas para o projeto de soerguimento da rede de drogarias em recuperação, apresentado o laudo de travas bancárias às fls. 4.322-4.337, onde se concluiu pela necessidade de liberação de 100% das travas bancárias.

36. Almejando alcançar a solução que o caso demanda, a Recuperanda adotou os fundamentos contidos na manifestação desse Administrador Judicial como causa de pedir de fls. 4.343-4.348 para solicitar que o d. Juízo determinasse às instituições financeiras, para que em 24 horas devolvam diretamente às contas bancárias da Galanti 100% dos recebíveis expropriados após o pedido de recuperação, bem como se abstenham de promover quaisquer apropriações de recebíveis futuros.

37. Para cumprimento da decisão, a Recuperanda indicou a intimação das entidades bancárias arroladas no pedido liminar de fls. 2.627-2.635 como os destinatários da ordem de liberação de valores.

38. Antes mesmo dos autos seguirem para conclusão, o credor Banco Safra manifestou oposição às fls. 4.528-4.539 ao novo pedido de liberação da trava bancária, e, mais que isso, exigiu da sociedade Recuperanda maiores esclarecimentos sobre o citado *DIP Financing*, com a exibição imediata de todos os documentos eventualmente firmados com o SIFRA.

39. No mesmo turno, o Banco Pine, na qualidade de credor, firmou oposição ao novo pedido de liberação da trava bancária mediante fls. 4.553-4.563 uma vez que, os direitos creditórios não podem ser considerados bens de capitais e tampouco indispensáveis à atividade empresarial, devendo prevalecer o direito à propriedade dos credores fiduciários, tal como contratado face ao reconhecimento de que os créditos garantidos por cessão fiduciária de recebíveis, não se sujeitam à recuperação judicial, a teor do que dispõe o art. 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2005.

40. Mais à frente, discordando das condições de pagamento propostas no plano de recuperação judicial apresentado, os credores abaixo relacionados apresentaram objeção ao PRJ, na forma do art. 55, da Lei 11.101/05:

- (i) Banco Daycoval às fls. 4.755-4.762;
- (ii) Bayer SA às fls. 4.771-4.776;
- (iii) BL Industria ótica LTDA. às fls. 4.777-4.786;
- (iv) Banco Guanabara às fls. 4.788-4.799;
- (v) Banco ABC Brasil às fls. 4.800-4.819;
- (vi) Banco Sofisa às fls. 4.820-4.827;
- (vii) Banco Safra, Safra Seguros e Safra Vida e Previdência às fls. 4.828-4.833 e
- (viii) Divcom SA às fls. 4.839-4.841.

41. Em resposta aos requerimentos, o respeitável Juízo proferiu a decisão de fls. 4.835-4.837, prorrogando o *stay period* por novo período de 180 dias, conforme trecho que segue:

“17 - Fls. 4296/4299 - A recuperanda requer seja deferida a prorrogação do stay period por novos 180 dias a partir do fim do stay period vigente.

A nova prorrogação do stay period se mostra adequada no caso concreto, uma vez que necessária à continuidade da negociação entre a recuperanda e os credores, que se prolongaram por conta de sua complexidade e dos reflexos da pandemia do Covid-19, sem que tenha sido comprovada atuação desidiosa por parte da recuperanda.

Dessa forma, para que o procedimento chegue a bom termo e estando em conformidade com o que dele se espera, há razão para a prorrogação pretendida.

Assim, nos termos do artigo 6º §4º da LRJF, DEFIRO a prorrogação do stay period, por igual período, iniciando-se a contagem do prazo deliberação definitiva sobre o PRJ em AGC, o que ocorrer primeiro. Intime-se”

42. Para além disso, a decisão em destaque denegou o pedido de liberação das trava bancárias da Recuperanda, determinou o levantamento dos valores depositados pelo Banco Industrial SA provenientes de trava e ao final, determinou que a recuperanda acoste em 24h toda a documentação referente ao DIP, discriminando individualmente os bens e ou direitos creditórios dados em garantia e os valores que já foram recebidos do SIFRA, antes e depois do pedido de recuperação judicial.

43. A recuperanda se manifestou em fls. 4.971-4.972 e documentos às fls. 4.973-5.028 referentes à operação DIP, esclarecendo que o montante total disponibilizado pelo SIFRA na referida operação foi no valor líquido de R\$ 3.742.209,57, utilizados para reposição de estoque e de mercadoria e complementação das despesas com a folha de pagamento, bem como com o pagamento de contas consideradas urgentes para a manutenção das atividades, sanando a exigência determinada de fls. 4.835-4.837.

44. O Ministério Público apresentou manifestação às fls. 5.059-5.083 pugnando pela apresentação dos balanços de 2018 a 2019 assinados pelo Contador e outras demonstrações financeiras de 2020 e 2021, e solicitando a adoção de providências pela Administração Judicial.

45. Ao final pugnou pela exclusão da clausula 5.7 do Plano de Recuperação Judicial por violação ao art. 49, § 1º da Lei 11.101/05, acostando, outrossim, o parecer contábil de fls. 5.084-5.088.

46. Conclusos os autos, o Nobre Juízo proferiu a decisão de fls. 5.350-5.352 acatando as recomendações Ministeriais de fls. 5.059-5.083 acima citadas.

47. Petição da Recuperanda, comunicando a constituição de novos patronos, suplicando pela liberação de penhoras realizadas nas contas da devedora às fls. 5.356-5.362 em razão do julgamento dos agravos. Na sequência o Ministério Público exarou a promoção de fls. 5.549-5.550 onde solicita a manifestação prévia dessa Administração Judicial sobre a manifestação do Banco Sifra de fls. 5.497/5.511.

48. Concordando com o pleito da Recuperanda enunciado, este Administrador Judicial opinou favoravelmente ao cumprimento da decisão liminar proferida de liberação de 70% dos recebíveis para que se proceda o bloqueio dos valores que listou por meio de SISBAJUD nas contas das instituições financeiras credoras.

49. Decisão lançada a fl. 6.674, tecendo considerações que foi concedido efeito suspensivo aos agravos em relação à decisão agravada, bem como que os recursos devolveram a matéria à instância superior, não havendo decisão final dos recursos e trânsito em julgado, e pleitos das partes interessadas, devem ser dirigidos à Egrégia Câmara responsável pelos julgamentos dos recursos.

50. Às fls. 6.842-6.846 foi lançada nova decisão sobre as travas bancárias, por sua parte, diversa da anterior, autorizando o bloqueio do valor total de R\$ 3.788.957,43 (três milhões setecentos e oitenta e oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e três centavos), entretanto, o cumprimento da decisão foi suspenso pela concessão do efeito suspensivo a recurso especial noticiado às fls. 7.045-7046, pelo Banco Safra.

51. Pronunciamento do MP às fls. 7.112-7.139 buscando a manifestação do Administrador Judicial e da Recuperanda para marcação da data para realização da assembleia-geral de credores, prontamente atendida por esse Administrador Judicial às fls. 7.578-7.587.

52. Designação das datas da assembleia-geral de credores para os dias 12 de abril de 2023 e 19 de abril de 2023, por meio da decisão de fl. 7.653-7.654

53. Ato ordinatório de fl. 7.679, destinado à intimação dos patronos da Recuperanda, indicando a expedição do identificador de matéria 5451771 e a disponibilidade da GRERJ, para publicação do edital de convocação da assembleia-geral de credores.

54. Parecer opinativo da Promotoria de Justiça, solicitando as providências de fls. 7.688-7.724, do qual sobressai a concordância Ministerial com a homologação da operação *DIP Financie*, realizada com o Banco Sifra, manutenção do bloqueio das quantias referentes às fls. 5.497-5.510, até ulterior cumprimento das obrigações da Recuperanda.

55. Justificando a demora na apresentação dos documentos contábeis, a Recuperanda apresentou a manifestação de fls. 7.958-7.959 expondo as dificuldades com a substituição de sua assessoria contábil, e que já vem diligenciando para regularizar a apresentação.

56. Conclusão de ordem para determinar a que a Recuperanda promova o recolhimento das custas que lhe cabem, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), limitada ao máximo de 90 (noventa) dias, sem prejuízo da responsabilização por crime de desobediência previsto na Lei nº 11.101/2005 e remessa de cópias ao Ministério Público para apuração, na forma lançada na decisão de fls. 8.317-8.318.

57. Comunicando o cancelamento da procuração outorgada pela Recuperanda, a banca de Advogados KCB Advogados, apresentou a informação contida às fls. 8.336-8.337 que não patrocinam mais os interesses da devedora no feito, ficando a Recuperanda sem patrono constituído nos autos.

58. Às fls. 8.360-8.400, após reiterar a manifestação de fls. 8.224/8.265, o i. presentante do Ministério Público solicitou a realização de uma inspeção na sede da Recuperanda, com a apresentação de relatório pela Administração Judicial.

II. Dos últimos atos processuais praticados

59. Por meio do r. despacho de fls. 8.520, Vossa Excelência, dentre outras providências, determinou a intimação da Recuperanda através de Oficial de Justiça para que regularizasse a sua representação processual na forma do art. 76, do CPC, fixando prazo de 15 (quinze dias), e solicitando ao Ministério Público a remessa dos autos a Central de Inquéritos para averiguação de eventuais crimes de natureza falimentar por parte dos gestores.

60. Em cumprimento ao r. *decisum*, o Oficial de Justiça compareceu em horário comercial na sede da Recuperanda, localizada na Travessa Almerinda Lucas de Azevedo, nº 60 e na filial localizada a Rua Governador Amaral Peixoto, nº 324, ambos em Nova Iguaçu, encontrando os locais fechados, com aparência de estarem vazios e sem funcionamento, certificando o ocorrido a fl. 8.575.

61. Instado a se manifestar, o Ministério Público requereu nas fl. 8.572 a remessa do feito à Delegacia de Defraudações, requisitando a instauração de inquérito, diante dos indícios da prática dos crimes previstos nos arts.168 e 178, da Lei 11.101/05.

62. Posteriormente, a credora Prisma Serviços Técnicos Ltda. teceu ponderações na fl. 8.554 na qual, no sentido de que a Recuperanda se beneficiou de tudo que podia no curso da Recuperação Judicial, encerrando as atividades em despropósito com o compromisso de salvar a empresa, postulando a imposição de restrições aos sócios de se ausentarem do país e a apreensão da CNH, com a revogação dos efeitos da Recuperação Judicial.

63. Antes mesmo do pronunciamento dessa Administração Judicial, Vossa Excelência proferiu a r. decisão de fls. 8.591-8.592 decretando segredo de justiça aos autos e determinando a intimação urgente dos sócios e administradores da Recuperanda para regularizarem a representação processual no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de convalidação da recuperação judicial em falência e demais penalidades cabíveis.

64. Nesse desiderato, o Oficial de Justiça compareceu no endereço localizado à Rua Getúlio Vargas, 90, Nova Iguaçu, encontrando o local fechado. Noticiando o encerramento das atividades e certificando o retorno negativo da intimação dos sócios da Recuperanda às fls. 8.694 e 8.695.

65. Nova determinação de intimação pessoal dos representantes legais da Recuperanda foi oportunizada por Vossa Excelência com o despacho de fl. 8.728, para promoverem a regularização da representação processual, com a seguinte dicção:

“Diante das certidões de fls. 8694/8696, intinem-se os sócios, com URGÊNCIA pelo OJA de plantão na Comarca, diante da gravidade dos fatos contidos nesses autos, em seu(s) endereço(s) residencial(ais) ou onde forem encontrados, para promoverem a regularização processual em 3 dias, sob pena da decretação de falência.”

66. Comparecendo nos endereços indicados, em cumprimento à intimação dos representantes legais da Recuperanda, o Oficial de Justiça logrou intimar unicamente o sócio Cristiano Galanti, em 30 de maio de 2022, como se atesta a certidão positiva de fl. 8.746, contudo, a mesma sorte não teve a tentativa de intimação dos sócios Franco Galanti e Adriana Alves de Oliveira Nunes, conforme se verifica nas certidões negativas de fls. 8.745 e 8.748.

67. Petição dos credores Prisma Serviços Técnicos Ltda. a fl. 8.691, Aché Laboratórios e Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda a fl. 8.698 solicitando franco acesso aos autos, temporariamente indisponibilizados por segredo de justiça.

68. Ofício encaminhado à Delegacia de Defraudações – DDEF, instruído com cópia integral dos autos para a adoção das providências cabíveis em fl. 8.743.

69. Consecutivamente, Vossa Excelência proferiu a decisão de fl. 8.751, restabelecendo a publicidade dos autos, e pugnando pelo imediato retorno em gabinete, após o cumprimento da intimação pessoal dos representantes da Recuperanda, lavrada nos seguintes termos:

“Determino a retirada do segredo de justiça anteriormente decretada. Ao cartório para cumprimento da decisão, reinserindo todos os patronos momentaneamente abarcados pelo sigilo imposto. Decorrido o prazo do mandado acostado aos autos, venham conclusos.”

70. Devidamente intimada na pessoa dos sócios, a Recuperanda regularizou a representação processual por meio da juntada da procuração de fl. 8.754.

71. Ofício encaminhado à 1ª Promotoria de Justiça de Nova Iguaçu remetendo mídia com cópia integral para adoção das providências cabíveis na fl. 8.756.

72. Petição do investidor Banco Sifra às fls. 8.760-8.762, repetidamente apresentado às fls. 8.873-8.875 e às fls. 8.986-8.988, fls. 9.099-9.101 e fls. 9.212-9.214, solicitando a imediata composição de acordo da dívida contraída na modalidade *dip financing* no valor de R\$3.686.654,69 (três milhões e seiscentos e oitenta e seis mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e nove centavos), os quais atualizados perfazem o valor de R\$3.723.521,24.

73. Manifestação da credora Prisma Serviços Gráficos através de fls. 9.342-9.345 alertando ao d. Juízo quanto ao propósito deletério da Recuperanda em utilizar o processamento da recuperação judicial para queimar estoque e se locupletar indevidamente, em prejuízo de todos os credores, e noticiando outro grave fato, a saber, Recuperanda estaria procedendo com a retirada de todo maquinário concernente à manipulação de equipamentos na calada da noite, e que são avaliados em milhares de reais, em flagrante prejuízo aos credores.

74. Despacho determinando a juntada de toda documentação pendente e abertura imediata da conclusão proferido a fl. 9.364.

75. Ofício encaminhado pela 1ª Promotoria de Justiça Cível de Nova Iguaçu informação a adoção das providências cabíveis mediante a instauração de procedimento investigatório criminal 01/2023, nos termos de fls. 9.366-9.371.

76. Ofício da Colenda 21ª Câmara de Direito Privado, antiga 11ª Câmara Cível, comunicando o trânsito em julgado do agravo de instrumento 0035643-48.2022.8.19.0000, do qual é agravante o Banco Bradesco.

77. À vista da profusão dos últimos atos processuais praticados, esta Administração Judicial manifesta a sua ciência e, conforme será demonstrado nos capítulos seguintes, vem comunicar as diligências até então praticadas e providências cabíveis.

III. Visita às unidades da Recuperanda

78. O pedido de recuperação judicial da Drogaria Galanti foi distribuído em 09 de dezembro de 2021 asseverando a existência de 30 unidades distribuídas pelos municípios de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Volta Redonda, Petrópolis, Belford Roxo, Queimados, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, São Gonçalo, e o Estado do Rio de Janeiro.

79. Devido aos últimos atos processuais, essa Administração Judicial, cumprindo com zelo a nomeação que nos honra e no estrito dever de fiscalizar as atividades da Recuperanda, compareceu aos endereços de das unidades para apurar *in loco* as notícias de encerramento das atividades da rede de drogarias Drogaria Galanti.

80. Assim, a equipe da Administração Judicial visitou o endereço da Matriz da Recuperanda, além de todas as 30 (trinta) lojas da rede de Drogarias Galanti indicadas pela Recuperanda às fls. 2.165-2.174, vinculadas aos seguintes endereços:

| Unidade | Município | Endereço |
|---------|-----------------|---|
| MATRIZ | NOVA IGUAÇU | Trav. Almerinda Lucas de Azevedo 60 a76 |
| 1 | NOVA IGUAÇU | Gov. Amaral Peixoto, 142 |
| 2 | NOVA IGUAÇU | Getúlio Vargas, 90 |
| 3 | PETROPOLIS | Praça Visconde do Rio Branco |
| 4 | NILOPOLIS | Getúlio Vargas, 1476 |
| 5 | PETROPOLIS | Rua do Imperador, 347 |
| 6 | SÃO GONÇALO | Praça Luiz Palmier, 50 |
| 7 | MADUREIRA | Edgard Romero, 72 |
| 8 | NOVA IGUAÇU | Gov. Amaral Peixoto, 308 a 328 |
| 9 | CAXIAS | Jose de Alvarenga, 405 |
| 10 | SÃO JOÃO MERITI | Gessy Gonçalves Fontes |
| 11 | NOVA IGUAÇU | Dr Luiz Guimaraes, 153 |
| 12 | COPACABANA - RJ | N Sra. Copacabana, 656 |
| 13 | NILOPOLIS | Mirandela, 35 |
| 14 | PETROPOLIS | Rua do Imperador, 728 |
| 15 | CAXIAS | Presidente Vargas, 59 |
| 16 | CAMPO GRANDE | Coronel Agostinho, 153 |
| 17 | NOVA IGUAÇU | Dr Luiz Guimaraes, 93 |
| 18 | QUEIMADOS | Irmãos Guinle, 1037 |
| 19 | NOVA IGUAÇU | Coronel Francisco Sodré, 134 |
| 20 | CENTRO - RJ | Rua da Ajuda, 35 |
| 21 | PETROPOLIS | Dr Porciúncula, 6 a 12 |
| 22 | VOLTA REDONDA | Rua 16, nº 79 |
| 23 | BELFORD ROXO | João Fernandes Neto, 1305 a 1307 |
| 25 | NITEROI | José Clemente, 42 |
| 26 | BANGU | Silva Cardoso, 229 |
| 27 | MADUREIRA | Dagmar da Fonseca, 19 |
| 28 | COPACABANA - RJ | Barata Ribeiro, 157 |
| 29 | NOVA IGUAÇU | Dr Thibau, 128 |
| 30 | PETROPOLIS | Dezesseis de Março, 175 |
| 31 | VOLTA REDONDA | Rua 41, nº 406 |

81. A fiscalização realizada por essa Administração está comprovada com os registros fotográficos de todas as lojas da Rede Galanti, os quais passa a reproduzir abaixo, para fins de publicidade a este r. Juízo, à coletividade de credores e ao MPRJ.

82. Partindo a inspeção do local de maior concentração de lojas e onde está situada a sede e principal estabelecimento da Drogaria Galanti, no endereço Travessa Almerinda Lucas de Azevedo, nº 60 a 76, Nova Iguaçu, esta Administração Judicial constatou que a loja se encontra fechada e abandonada pelos representantes legais.

Nova Iguaçu

Matriz

Travessa Almerinda Lucas de Azevedo, números 60 a 76, Centro Nova Iguaçu



(Fachada da loja com portões fechados e sem logo da recuperanda)

83. O registro acima obtido pela Administração Judicial demonstra que o principal estabelecimento da Drogaria Galanti, que abrigava o corpo administrativo e estoque da recuperanda, se encontra com as portas fechadas.

84. Na mesma situação de abandono se encontram os estabelecimentos empresariais da Drogaria Galanti denominados de filiais 01, 02, 08, 11, 17 e 29, todos do Município de Nova Iguaçu, estabelecimentos esses que no passado geravam as maiores receitas para a Recuperanda.

85. Seguem as fotografias que comprovam o quanto afirmado:

Filial 01

Avenida Governador Amaral Peixoto, 142, Nova Iguaçu



(Fachada da loja com portas fechados com logo da Recuperanda)

Filial 02

Rua Getúlio Vargas, 90, Nova Iguaçu



(Fachada da Loja com portas fechados com logo da Recuperanda)

Filial 17

Avenida Doutor Luiz Guimarães, 93, Nova Iguaçu



(Fachada da Loja com portas fechados com letreiro da loja vizinha parcialmente ocupada por ambulantes)

Filial 29

Rua Doutor Thibau, 128, Nova Iguaçu



(Fachada da Loja com portas fechados com logo da Recuperanda)

86. Entretanto, as características encontradas na sobredita filial 08 divergem das demais unidades, eis que, não apenas o encerramento das atividades da Recuperanda pode ser confirmado, mas também, que o imóvel passa por substancial reforma.

87. Na fotografia encartada abaixo, é possível ver a presença de profissionais da construção civil no interior da loja, com amontoado de escombros e resíduos de construção civil, não sendo possível identificar as razões da reforma no imóvel.

Filial 08

Avenida Governador Amaral Peixoto, 308 a 328, Nova Iguaçu



(Fachada da Loja com portas a abertas e em processo de reforma e pessoas no interior com logo da Recuperanda)

88. Ainda durante a diligência no Município de Nova Iguaçu, este Administrador Judicial verificou que outra empresa se estabelece no local da filial 19, merecendo destaque a existência de uma grande rede de drogarias na filial onde a Recuperanda exercia a atividade empresarial.

Filial 19

Rua Coronel Francisco Soares, 134, Nova Iguaçu



(Estabelecimento utilizado pela Rede de Drogarias Droga News)

89. Prosseguindo na atividade fiscalizatória, e na ordem dos municípios de Nilópolis, São João de Meriti, Petrópolis, Duque de Caxias, Belford Roxo Niterói e Rio de Janeiro e São Gonçalo, Volta Redonda, São João de Meriti, Duque de Caxias e Belford Roxo, essa Administração Judicial logrou constatar a completa ausência das atividades da Recuperanda nas filiais 03, 04, 06, 07, 09, 10, 13, 14, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 30, 23 e 31.

90. Os registros fotográficos obtidos por essa Administração Judicial comprovam o estado de abandono dos estabelecimentos empresariais visitados da rede de Drogarias Galanti, no passar do processamento do pedido de processamento da recuperação judicial.

Nilópolis

Filial 04

Avenida Getúlio Vargas, 1746, Nilópolis



(Fachada da Loja com portas fechados com logo da Recuperanda desbotado)

São João de Meriti

Filial 06

Praça Luiz Palmier, 50, São João de Meriti



(Fachada da Loja com portas fechados com logo da Recuperanda)

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

Petrópolis

Filial 14

Rua do Imperador, 347, Petrópolis



(Fachada da Loja com portas fechados sem logo da Recuperanda)

Filial 03

Rua Praça Visconde de Rio Branco 16, Petrópolis



(Fachada da Loja com portas fechados com logo da Recuperanda)

Filial 21

Rua Doutor Porciúncula, 6 a 12, Petrópolis



(Fachada da Loja com portas fechados com logo da Recuperanda)

Duque de Caxias

Filial 15

Avenida Presidente Vargas, 59, Duque de Caxias



(Fachada da Loja com portas fechados com logo da Recuperanda)

Belford Roxo

Filial 23

Rua João Fernandes Neto, 1305 a 1307, Belford Roxo



(Fachada da Loja com portas fechados com logo da Recuperanda)
Rio de Janeiro

Filial 07

Avenida Ministro Edgard Romero, 72, Madureira, Rio de Janeiro



(Fachada da Loja com portas fechadas usada por comerciantes sem logo da Recuperanda)

Filial 16

Rua Coronel Agostinho, 153, Campo Grande, Rio de Janeiro



(Fachada da Loja com portas fechados com logo da Recuperanda)

Filial 27

Rua Dagmar da Fonseca, 19, Madureira, Rio de Janeiro



(Fachada da Loja com portas fechados com logo da Recuperanda)

Filial 20

Rua da Ajuda, 35, Centro, Rio de Janeiro



(Fachada da Loja com portas fechados sem logo da Recuperanda)

Niterói

Filial 25

Rua José Clemente, 42, Niterói



(Fachada da Loja com portas fechados sem logo da Recuperanda)

91. Cumpre relatar a este respeitável juízo que logrou-se verificar que a Rede de Farmácias Droganews está explorando alguns pontos comerciais e a mesma atividade empresarial da Recuperanda.

92. Notadamente, com os recentes registros fotográficos obtidos, será possível constatar a ocupação para o comércio da Rede Droganews nas filiais 10, 13 e 18 da Recuperanda, situadas nos municípios de São João de Meriti, Nilópolis e Queimados, e no Município de Nova Iguaçu, a conferir:

São João de Meriti

Filial 10

Rua Gessyr Gonçalves Fontes, São João de Meriti



Nilópolis

Filial 13

Rua Mirandela, 35, Nilópolis



Queimados

Filial 18

Rua Irmãos Guinle, 1037, Queimados



93. Além dessas filiais, outras três redes de Drogarias foram localizadas durante o procedimento de inspeção realizado, estando a Drogarias Povão no local da filial 22 na Cidade de Volta Redonda, a Drogaria Chegamaís no local da filial 28 na Cidade do Rio de Janeiro, e a Drogaria Farma Dez instalada no local da filial 30 situada na Cidade de Petrópolis, conforme segue apresentado.

Volta Redonda

Filial 22

Rua 16, nº 79, Volta Redonda



MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

Rio de Janeiro

Filial 28

Rua Barata Ribeiro, 15, Rio de Janeiro



Petrópolis

Filial 30

Rua Dezesesseis de Março, 175, Petrópolis



Filial 09

Rua José de Alvarenga, 405, Duque de Caxias



94. Prosseguindo com a atividade fiscalizatória nas demais unidades, no decorrer da inspeção outros estabelecimentos foram localizados, contudo essas empresas exploram atividades distintas e sem qualquer relação com o negócio da Recuperanda, sendo localizada na filial 26 uma loja de vestuários da rede Jumps na Cidade do Rio de Janeiro, e na filial 31, uma loja sucos denominada Sucos SA, na filial 31 na Cidade de Volta Redonda.

Filial 26

Rua Silva Cardoso, 229, Rio de Janeiro



Filial 31

Rua 41, nº 406, Volta Redonda



95. À vista do exposto, essa Administração Judicial conclui que restou confirmado o encerramento de todas as atividades da Recuperanda e a falta do preenchimento dos requisitos contidos nos arts. 47 e 48, da Lei 11.101/05, para prosseguimento do procedimento de recuperação judicial.

IV. Demissão de todo quadro de funcionários

96. Em paralelo ao encerramento das atividades, a Recuperanda passou a dispensar os funcionários da Rede de Drogarias, desprovendo, por completo, a guarda e segurança dos bens, livros e documentos contábeis da empresa.

97. Apenas para demonstração, na data do pedido de recuperação judicial, a empresa apresentava um quadro de 850 (oitocentos e cinquenta) empregados e, somente no período de 14 de janeiro de 2022 até o momento da conclusão dessa manifestação, 326 (trezentos e vinte e seis) funcionários buscam na Justiça o recebimento das verbas rescisórias, e outros 66 (sessenta e seis funcionários) aguardam pelo pagamento no procedimento de recuperação judicial.

98. Convém destacar a imprescindibilidade da manutenção do quadro de funcionários em razão dos fármacos comercializados pela Recuperanda, que exigem controle restrito de acesso de pessoas em razão do alto grau de toxicidade, tudo controlado pela ANVISA.

99. Com a demissão de todo quadro de funcionários, não se sabe hoje quais as reais condições dos ativos da Recuperanda, o que comprova que não cuidou de preservar a fonte que mantinha os empregos dos trabalhadores, faltando com o requisito exigido pelo art. 47. da LRE.

V. Da convolação da Recuperação Judicial em Falência

100. Diante dos fatos acima expostos e das fotografias apresentadas nesta oportunidade, é fato incontroverso que a Drogaria Galanti não exerce mais regularmente a atividade empresarial e procedeu a demissão de todo o quadro de funcionários.

101. As fotografias apresentadas por esse Administrador Judicial e as certidões lavradas pelos Oficiais de Justiça às fls. 8.575, 8.694 e 8.695 expõem de maneira clara o encerramento das atividades da Drogaria Galanti de Nova Iguaçu.

102. Aparentemente, todos os contratos de aluguel relacionados aos imóveis, que não pertenciam à devedora, foram rescindidos em comum acordo com os proprietários, visto que, os que não estão ocupados por terceiros, estão anunciados com disponibilidade imediata para locação.

103. Mais do que isso, cuidadosamente a Recuperanda removeu os produtos e artigos das lojas, deixando vazias de coisas e pessoas, e teve a cautela de entregar os imóveis que alugava.

104. Mesmo tendo o dever de comunicar o encerramento das atividades ao Administrador Judicial, na forma do art. 171, da LRE, a Recuperanda optou por omitir informações relevantes, como já fazia no curso do procedimento de recuperação judicial.

105. Por outro lado, apesar das inúmeras oportunidades concedidas por este d. Juízo à Recuperanda, houve o insucesso na tentativa de soerguimento da Drogaria Galanti, e, conseqüentemente, o descumprimento dos prazos estipulados na Lei 11.101/05.

106. Contudo, infelizmente o cenário de irreversível crise econômico-financeira superou os instrumentos até então utilizados para o soerguimento da Recuperanda, o que pode ter cominado no abrupto encerramento das atividades.

107. Tais fatos se amoldam de forma inevitável às hipóteses legais de convalidação do procedimento de recuperação judicial em falência, especificamente previstos no art. 73, VI c/c art. 94, inciso III, alínea “f” da Lei 11.101/05, in verbis:

Art. 73. O juiz decretará a falência durante o processo de recuperação judicial:

(...)

VI - quando identificado o esvaziamento patrimonial da devedora que implique liquidação substancial da empresa, em prejuízo de credores não sujeitos à recuperação judicial, inclusive as Fazendas Públicas.

(...)

§ 1º. O disposto neste artigo não impede a decretação da falência por inadimplemento de obrigação não sujeita à recuperação

judicial, nos termos dos incisos I ou II do caput do art. 94 desta Lei, ou por prática de ato previsto no inciso III do caput do art. 94 desta

Art. 94. Será decretada a falência do devedor que:

(...)

III – pratica qualquer dos seguintes atos, exceto se fizer parte de plano de recuperação judicial:

(...)

f) ausenta-se sem deixar representante habilitado e com recursos suficientes para pagar os credores, abandona estabelecimento ou tenta ocultar-se de seu domicílio, do local de sua sede ou de seu principal estabelecimento.

108. Nesse sentido, na forma da legislação vigente, as práticas aqui narradas implicam em hipóteses de convolação da recuperação judicial em falência, principalmente o esvaziamento patrimonial que implica na liquidação substancial, com o inegável fato de encerramento das atividades sem deixar ativos suficientes para o pagamento dos credores. Nas palavras de Sacramone:

“O terceiro e último fundamento do pedido falimentar é a prática de atos de falência. (...)

A menos que expressamente exigido pela Lei, os atos falimentares não requerem a demonstração da intenção do devedor em prejudicar seus credores. A prática dos atos, demonstrada objetivamente, é suficiente para a decretação da falência do devedor. (...)

O abandono de seu estabelecimento poderá revelar-se quando o empresário se ausenta sem deixar representante habilitado e com recursos suficientes para pagar os credores.”

(Sacramone, Marcelo B. Comentários à Lei Recuperação de Empresas e Falência. Disponível em: Minha Biblioteca, (3rd edição). Editora Saraiva, 2022.)

109. À vista do exposto, com base no art. 73, VI c/c art. 94, inciso III, alínea “f” da Lei 11.101/05, verifica-se que a Recuperanda não cumpriu com o dever de confessar a falência, requerendo o Administrador Judicial a convalidação da Recuperação Judicial em Falência da Drogaria Galanti de Nova Iguaçu Ltda., com o lacre dos estabelecimentos da Recuperanda.

VI. Esvaziamento patrimonial da Recuperanda, em liquidação antecipada da empresa e prejuízo aos credores

110. Esclarecida a confirmação do encerramento das atividades da Recuperanda, e a demissão de quadro de funcionários, a prática de atos posteriores ao requerimento de Recuperação Judicial merecem destaque por desencadear consequências para o destino deste feito.

111. A insolvabilidade da Drogaria Galanti após o pedido de recuperação judicial tomou forma após o provimento dos recursos dos credores financeiros que versavam sobre a trava bancária, ocasião que, a Recuperanda se viu sem capital, desequilibrando a sua gestão.

112. Buscou a Recuperanda através de *DIP Financing* a obtenção de capital, não sendo suficiente o valor aportado para suportar a manutenção dos custos ordinários de operação com os custos extraordinários com o procedimento de recuperação Judicial.

113. Apenas para constar, somente quatro parcelas da remuneração desse Administrador Judicial foram pagas, sendo o último pagamento realizado em 14 de abril de 2022.

114. Seguindo a análise cronológica dos fatos, observa-se que os desdobramentos prefalados ocorreram já sob a égide dos efeitos da recuperação judicial, no curso do período de blindagem patrimonial conferido legalmente a Recuperanda.

115. Exatamente nesse período, a Recuperanda passou a adotar comportamento evasivo, deixando de apresentar demonstrações contábeis que servem de base para a elaboração dos relatórios mensais das atividades.

116. Com a ausência das informações, os credores ficaram durante toda recuperação completamente desapossados das informações vitais da devedora.


117. Ainda que o fechamento das lojas fosse uma consequência natural do superendividamento da Recuperanda, o regime especial de soerguimento em que o devedor em recuperação está submetido exige o cumprimento de formalidades.

118. Além de tudo, o encerramento das atividades da devedora e a utilização dos pontos comerciais por outras empresas é fato gravíssimo e podem performar o trespasse dos estabelecimentos da Recuperanda comerciais, culminando no esvaziamento patrimonial da devedora, o que merece investigação posterior.

119. A título de informação, diga-se que o resultado da diligência de verificação das atividades retratou a instauração da Rede DrogaNews nos endereços que situavam as filiais 10, 13, 18 e 19 da Recuperanda, nos municípios de São João de Meriti, Nilópolis, Queimados e Nova Iguaçu.

120. Em consulta aos dados cadastrais das lojas da Rede DrogaNews, o Comprovante de Inscrição Cadastral de Pessoa Jurídica aponta a mesma data de abertura, a saber, 03 de agosto de 2022.

Filial 10 da Galanti – São Joao de Meriti

| REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | | | |
|---|---|---------------------------------|---|
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | | |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 47.401.006/0001-34 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA 03/08/2022 |  |
| NOME EMPRESARIAL DROGANEWS BFA DE SAO JOAO LTDA | | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DROGANEWS | | | PORTO EPP |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.71-7-01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente | | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada | | | |
| LOGRADOURO R GESSYR GONCALVES FONTES | NÚMERO 115 | COMPLEMENTO LOJA 01 LOJA 02 | |
| CEP 25.520-570 | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO SAO JOAO DE MERITI | UF RJ |

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



Filial 13 da Galanti - Queimados

| REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | | |
|---|---|--------------------------------|
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 47.401.926/0001-52 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA 03/08/2022 |
| NOME EMPRESARIAL DROGA NEWS DE QUEIMADOS LTDA | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DROGA NEWS | | FORTE EPP |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.71-7-01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada | | |
| LOGRADOURO AV IRMAOS GUINLE | NÚMERO 1037 | COMPLEMENTO ***** |

Filial 19 da Galanti – Nova Iguaçu

| REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL | | |
|---|---|--------------------------------|
| CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA | | |
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 47.403.736/0001-74 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA 03/08/2022 |
| NOME EMPRESARIAL DROGA NEWS DE NOVA IGUAÇU LTDA | | |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DROGA NEWS | | FORTE EPP |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.71-7-01 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente | | |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada | | |
| LOGRADOURO R CORONEL FRANCISCO SOARES | NÚMERO 134 | COMPLEMENTO ***** |
| CEP 26.220-032 | BAIRRO/DISTRITO CENTRO | MUNICÍPIO NOVA IGUAÇU |
| | | UF RJ |

121. Por meio de consulta aos processos de natureza cível¹ relacionados à Recuperanda de competência da Justiça Estadual, não foi localizada a existência de ações de despejo contra a devedora referente aos endereços das filiais 10, 13 e 19, até a conclusão da presente manifestação, o que pode apontar que as citadas lojas foram entregues de forma voluntária pela Recuperanda.

¹ Consulta realizada em 28/06/2023 disponível em

<<https://www3.tjrj.jus.br/consultaprocessual/#/consultapublica#porNome>>

Rua da Assembleia, 40 – 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – Brasil

CEP 20011-000 PABX (55 21) 2544 0989 www.mcaa.adv.br

122. Diante da atual demonstração e da flagrante omissão da Recuperanda sobre os elementos que envolvem o caso em tela, a hipótese parece se amoldar perfeitamente à convalidação do procedimento de Recuperação Judicial em Falência, diante dos atos de esvaziamento patrimonial da Devedora que implicam em atos de liquidação no curso da recuperação judicial.

123. Nessa estrita linha de raciocínio, Excelência, constata-se a transferência da carteira de clientes da Recuperanda, bem assim a transmissão de relevantes pontos comerciais, sem qualquer indenização ou contraprestação pelo aviamento de sua atividade, a princípio; inequívoco também o desmantelamento integral do estabelecimento comercial da Drogaria Galanti.

124. Não se ignore que a Recuperanda também parece ter realizado, por atos inequívocos, a alienação de parte ou da totalidade de seus ativos, descrito na relação de fls. 2.177-2.245.

125. Acresça-se o fato de que a Recuperanda deixou de pagar relevante parcela dos honorários desse Administrador Judicial, tendo também encerrado as atividades e demitido todo quadro de funcionários da empresa, comprovando os indícios de insolvabilidade que demonstram nítido propósito de se furtar da responsabilidade falimentar.

126. Tudo, a demandar a convocação da presente Recuperação Judicial em Falência, na forma do já exposto.

IV. Da indisponibilidade de bens da Recuperanda

127. De modo a salvaguardar os escassos ativos da Recuperanda, essa Administração sugere e requer a este respeitável Juízo sejam, desde já, indisponibilizados todos os eventuais bens e ativos da Recuperanda.

128. E princípio, anote-se que o expediente de fls. 5.091-5.099, prestado pelo Detran/RJ, constatou existência de 8 (oito) veículos de propriedade da Drogaria Galanti, os quais, desde já, opina que deveriam ser indisponibilizados, à consideração de Vossa Excelência, que saberá melhor decidir.

129. Nesse sentido, opina pela indisponibilidade dos veículos de placas LTA-6128, KXX9D18, LMW2D15, KWP5018, LLW5521, LLZ8902, KXW8748 E LMV2I80, informados pelo Detran/RJ através do expediente de fls. 5.091-5099 de propriedade da Drogaria Galanti de Nova Iguaçu Ltda., conforme dados abaixo que seguem:

| PLACA | MODELO | RENAVAN |
|---------|--------------------|------------|
| LTA6128 | VW/GOLF HIGLINE AB | 1120031530 |
| KXX9D18 | FIAT/DOBLO CARGO | 493906924 |
| LMW2D15 | VW/PASSAT HL TSI | 1192204767 |
| KWP5018 | AUDI Q5 TURBO FSI | 464009847 |
| LLW5521 | IVECO/DAILY | 546542875 |
| LLZ8902 | FIAT/DOBLOESSEENCE | 995027161 |
| KXW8748 | KIA UK2500 HD | 1135213523 |
| LMV2I80 | VW/PASSAT HL TSI | 1189666496 |

130. Para efetivação da indisponibilidade requerida, deve ser encaminhado ofício ao Detran/RJ determinando a indisponibilidade dos veículos acima indicados, com a restrição de circulação e recolhimento ao depósito, sem prejuízo da solicitação de restrição ao SISBAJUD, acaso seja acolhida a sugestão.

Eminente Magistrada

Diante da gravidade dos fatos apresentados e da impossibilidade do prosseguimento da Recuperação Judicial, essa Administração Judicial requer a convalidação do procedimento de recuperação Judicial em falência, com fundamento nos artigos 66, caput, 73, VI e §3º e 94, III, 'a', 'b' e 'c', todos da Lei 11.101/05, pugnando a Vossa Excelência:

- a) Expedição de mandados de arrombamento e lacre por Oficial de Justiça, com a observação de serem cumpridos na presença do Administrador Judicial na sede da Recuperanda e nas filiais 01, 02, 08, 11, 17 e 29, nos seguintes endereços:

- Nova Iguaçu

| | | |
|--------|---|--------|
| MATRIZ | Trav. Almerinda Lucas de Azevedo 60 a76 | Centro |
| 1 | Gov. Amaral Peixoto, 142 | Centro |
| 2 | Getúlio Vargas, 90 | Centro |
| 8 | Gov. Amaral Peixoto, 308 a 328 | Centro |
| 11 | Dr Luiz Guimaraes, 153 | Centro |
| 17 | Dr Luiz Guimaraes, 93 | Centro |
| 29 | Dr Thibau, 128 | Centro |

- b) Sejam expedidas as respectivas cartas precatórias para as Comarcas de Petrópolis, Capital, Belford Roxo, Nilópolis e Niterói para cumprimento dos mandados de arrombamento de lacre nas demais filiais da Recuperanda a serem cumpridas nos seguintes endereços:

- Petrópolis

| | | |
|----|----------------------------------|--------|
| 3 | Praça Visconde do Rio Branco, 16 | Centro |
| 14 | Rua do Imperador, 728 | Centro |
| 21 | Dr Porciúncula, 6 a 12 | Centro |

- Capital

| | | |
|----|------------------------|-----------------|
| 7 | Edgard Romero, 72 | Madureira |
| 15 | Presidente Vargas, 59 | Duque de Caxias |
| 16 | Coronel Agostinho, 153 | Campo Grande |
| 20 | Rua da Ajuda, 35 | Centro |
| 27 | Dagmar da Fonseca, 19 | Madureira |

- Belford Roxo

| | | |
|----|----------------------------------|--------|
| 23 | João Fernandes Neto, 1305 a 1307 | Centro |
|----|----------------------------------|--------|

- Nilópolis

| | | |
|---|----------------------|--------|
| 4 | Getúlio Vargas, 1476 | Centro |
|---|----------------------|--------|

- Niterói

| | | |
|----|---------|--------|
| 25 | NITEROI | Centro |
|----|---------|--------|

Outrossim, os mandados devem conter a observação de ser cumpridos na presença do Administrador Judicial, devendo, ainda, ser concedida a gratuidade de justiça para cumprimento das cartas precatórias;

- c) Seja decretada a indisponibilidade dos veículos de propriedade da Drogaria Galanti de placas LTA-6128, KXX9D18, LMW2D15, KWP5018, LLW5521, LLZ8902, KXW8748 e LMV2I80, mediante expedição de ofício ao Detran/RJ, sem prejuízo do registro da indisponibilidade no SISBAJUD e outros sistemas disponíveis;
- d) Seja Realizada busca para localização de ativos através do SNIPER e SISBAJUD em nome da sociedade Recuperanda e sócios;
- e) Solicitar o envio de todos os arquivamentos das empresas Droganews BFA de São João Ltda. CNPJ 47.401.006/0001-34; Droganews de Queimados Ltda. CNPJ 47.401.926/0001-52 e Droganews de Nova Iguaçu Ltda. CNPJ

MATUCH DE CARVALHO


Advogados Associados



47.403.736/0001-74, registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJA, com vistas a apuração de informações de existência de grupo econômico;

- f) Solicitar à JUCERJA todos os arquivamentos da empresa Admilanti Administração de Bens Próprios Ltda. inscrita no CNPJ nº 09.280.427/0001-65, de propriedade dos sócios da Recuperanda.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 2023.




MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS
JULIO MATUCH DE CARVALHO
Administrador Judicial
OAB/RJ 98.885




MURILO MATUCH DE CARVALHO
OAB/RJ 137.860



JOHAN TRINDADE
OAB/RJ 228.748



MICHELLE S. SAMPAIO
OAB/RJ 201.825



LUIZ GABRIEL AZEVEDO
OAB/RJ 230.869